**INTEGRAÇÃO DA PESSOA COM CEGUERIA**

**ATRAVÉS DE SUAS POTENCIALIDADES**

**AUTORA*:*** *Fabiane Soares da Silva*

Pedagoga, especialista em Deficiência Visual;

Programa Gente Eficiente – Prefeitura de Resende

email: fabiane\_ssilva@yahoo.com.br

**COAUTORA**: *Zuleica de Souza Florentino*



Psicopedagoga, especialista em Educação Especial;

Programa Gente Eficiente – Prefeitura de Resende

email: zuleicaflorentino@yahoo.com.br

**Resumo**

O Programa Gente Eficiente, Resende-RJ, tem como objetivo principal, oferecer atividades que promovam o desenvolvimento da pessoa com deficiência exaltando suas potencialidades, respeitando suas limitações e dificuldades. A problemática central deste estudo surge a partir do aceite de 14 cegos com terminalidade definida pela rede municipal. A integração ao Programa foi feita por oficinas com o ensino de Braille, orientação e mobilidade (OM), aulas de artesanato, atividades sócio culturais entre outras propostas de acordo com o perfil e interesse de cada um. Como procedimento metodológico, foi realizada adaptação do espaço para acessibilidade e capacitação de profissionais para atendimento deste público. Em 2018 iniciaram-se os trabalhos com 11 pessoas cegas e 03 deficientes visuais, formando um grupo heterogêneo, com senhoras acima de 65 anos, participantes entre 40 e 50 anos, um jovem de 19 anos. As ações realizadas tornaram acessíveis a leitura e escrita do código Braille, a operacionalização do computador com a utilização do sistema DOSVOX, a produção de peças artesanais para exposição e venda gerando recursos para manutenção da própria oficina, entre outros ganhos significativos quanto a tentativas de inserção no mercado de trabalho. Como resultados pretende-se ampliar o conhecimento dos alunos realizando sua conexão com mundo através do Braille, promover a independência e autonomia para realização de atividades de vida prática, despertar o interesse por cultura e arte, além de estimular habilidades sensoriais que facilitem a releitura do que representa a vida em sociedade atualmente. Acredita-se que dessa forma possamos colaborar para evidenciar as potencialidades desses deficientes resgatando autoestima e capacidades.

**Palavras Chaves:** Deficientes visuais; Potencialidades; Ampliação de conhecimento; Conexão com mundo; Vida em sociedade.

**INTRODUÇÃO**

Uma sociedade inclusiva, com valores de igualdade e oportunidades para todos, pode parecer um raciocínio utópico, mas é fundamental pensar dessa maneira a fim de possibilitar a pessoa com deficiência visual o direito a uma vida participativa.

O presente estudo mostrará a partir de um breve histórico que a humanidade preconiza a ideia de deficientes visuais serem considerados inúteis, inferiores, sem capacidade de aprender.

Com o avançar dos séculos, as publicações também nos apontam diversas particularidades e diferentes formas de como cada sociedade histórica percebe este tipo de deficiência.

É essencial que a sociedade perceba que o cego apesar de não enxergar, possui capacidades, necessidades e oportunidades como qualquer outro indivíduo. O fator deficiência não pode ser considerado incapacitante para qualquer faixa etária. Recursos, estímulos e possibilidades são mecanismos primordiais no trato de qualquer deficiência.

Pretende-se com este artigo colocar algumas dificuldades encontradas pelo deficiente visual no convívio em sociedade, destacando seu ingresso na escola regular, suas necessidades de adaptação ao longo da vida.

Os argumentos colocados no corpo deste estudo foram embasados teoricamente por autores e especialistas no assunto, a partir de uma linguagem de fácil entendimento, ressaltando questões que incluem o conhecimento sobre cegueira, raízes históricas da deficiência, a linguagem do preconceito, o método Braille e a trajetória para inclusão do deficiente visual na escola e sociedade como compromisso político social.

O processo realizado desencadeou-se através de pesquisa bibliográfica, por meio de levantamento analítico, consulta a artigos na internet, além de descrição e relatos da prática aplicada aos 14 deficientes visuais inscritos no Programa Gente Eficiente.

**DISCUSSÃO TEÓRICA**

O Sistema Braille é a via de comunicação e acesso à construção do conhecimento. Os deficientes visuais se conectaram ao mundo a partir da leitura e escrita desse código é Sistema Universal de Leitura Tátil e Escrita, inventado na França em 1825, por Louis Braille, um jovem cego.

Louis Braille inspirou-se no sistema de comunicação Barbier, denominado escrita noturna, pois era composto da combinação de doze pontos que serviam para a transmissão de mensagens escritas durante a noite, nos acampamentos de guerra.

Braille reduziu seu sistema para seis pontos em relevo, colocados verticalmente no espaço em duas colunas de três pontos, denominados como celas (ou células), assim organizados: os seis pontos formam sessenta e três combinações diferentes, as quais representam as letras do alfabeto, as vogais acentuadas, os sinais de pontuação, os numerais, os símbolos matemáticos, químicos e as notas musicais.

Para uma leitura rápida e eficiente, os pontos em relevo devem ser precisos, com caracteres bem delineados, com dimensão adequada às pontas dos dedos, permitindo boa identificação e discriminação dos símbolos Braille. Esse sistema de percepção tátil possui várias peculiaridades, sua apresentação, movimentos de leitura e escrita diferenciados, podendo ser produzido de várias maneiras entre elas destacam-se as mais utilizadas:

O primeiro instrumento de escrita utilizado por pessoas cegas é a reglete e o punção (espécie de lápis) para escrever o Braille. Esse material está obsoleto e os cegos desta geração nem conhecem mais.

Mais rápida prática e fácil é a máquina de datilografia Braille, que é constituída basicamente por seis teclas, correspondentes aos pontos da cela braile. São três teclas do lado direito e três do lado esquerdo. O toque simultâneo das teclas produz a combinação dos pontos em relevo, correspondendo ao símbolo elaborado.

O braile produzido por meio da máquina Perkins Braille ou de impressoras Braille de última geração tecnológica é de ótima qualidade de impressão (disponível em <blog.brasilacademico.com>. Acessado em outubro de 2018).

A primeira máquina braile foi desenvolvida pelo professor David Abraham em 1939, nos EUA, tendo sido fabricada em 1946 pela Perkins Scholl for the Blind, em Massachussets.

Outro equipamento em auxílio ao deficiente visual é o Soroban que surgiu na Grécia, por volta do século III A.C foi difundido por todo o Império Romano, Mesopotâmia, Índia, e Egito. Sua função é fazer cálculos, despertar o raciocínio lógico matemático, memória e atenção. Atualmente, é muito utilizado no Japão, na China e na Rússia por todos os escolares. No Brasil, existem discussões metodológicas para uso do Soroban na escola regular, no entanto, se tornou efetivamente aplicado no âmbito da educação especial (BRASIL, 2006).

O Soroban permite ao deficiente visual desenvolver a concentração, atenção, memorização, coordenação motora e cálculo mental, principalmente porque o praticante é responsável pelos cálculos, não o instrumento. Essa prática possibilita realizar cálculos em meio concreto, aumentando a compreensão dos procedimentos envolvidos exercitando a mente.

A utilização da mão será o canal principal para a assimilação e compreensão do mundo; para isso o deficiente visual necessita desenvolver sua autonomia, oportunizada pela possibilidade de descolar-se, orientar-se, vivenciar as experiências, fazer coisas e realizar descobertas com o próprio corpo.

A experiência concreta é importante desde os estágios iniciais do desenvolvimento humano e servirá para que o deficiente visual alcance níveis abstratos de pensamento e essas experiências podem ser estimuladas através da ludicidade, jogos simbólicos e brincadeiras (BRUNO, 1997).

Para Bruno (1997), deve-se considerar que o sentido visual é responsável pelo comando, antecipação e coordenação dos esquemas de assimilação. O olho guia a mão. A visão rege a preensão e aumenta a atividade da mão, e esta coordenação se estabelece pela ação na presença do objeto no campo visual.

O deficiente visual pode ser ajudado a partir de experiências significativas e de pessoas que repassem informações adequadas. Recursos para distinção de perto e longe podem ser utilizados desde as séries iniciais como instrumentos medidores e facilitadores do processo de aprendizagem. As atividades lúdicas realizadas de forma descontraída favorecem a leitura de mundo ao deficiente visual, assim como a literatura, jogos pedagógicos, pesquisa do meio, atividades artísticas e esportivas, entre outras que favoreçam ampliar suas experiências, aprendizagem e aquisição de conhecimento.

É importante que os profissionais da educação não se prendam a técnicas mecanicistas de treinamento do olho e associações de imagens – as quais o aluno quase sempre autoriza – sem, contudo priorizar a construção do real pela ação do aluno em atividades contextualizadas. O processo de formação de conceitos pelo estabelecimento de semelhanças, diferenças e de relações topológicas, especiais e temporais e o desenvolvimento do pensamento físico e lógico – matemático são fundamentais para o avanço do aluno na aprendizagem da leitura e escrita.

Nas perdas visuais significativas, o desempenho para leitura fica bastante comprometido, mas os deficientes podem se beneficiar com recursos de magnificação eletrônica. Em sua falta, o computador na sala de aula pode beneficiar muito o processo de leitura e escrita o deficiente com baixa visão e dificuldade motora. Nas perdas visuais profundas, estes poderão se beneficiar dos sistemas de magnificações por vídeo para leituras de palavras, e recomenda-se o sistema Braille para leituras extensas.

Além das magnificações, pessoas com alterações vítreas, retinas, musculares, de nervo óptico e glaucoma, podem necessitar de modificação dos materiais e iluminação ambiente no sentido de potencializar os contrastes, evitando o ofuscamento e de dificuldades de adaptação à iluminação.

Essas questões são fundamentais para uma boa resolução visual, conforto e diminuição do estresse na leitura, devendo ser analisadas particularmente com cada aluno, independentemente da patologia ou nível de função visual.

Para esses indivíduos, o cuidado com a iluminação ambiente na sala de aula é fundamental. Uma cortina na sala pode ajudar a leitura e cópia do quadro, uma lâmpada de iluminação fria indireta na mesa do aluno pode auxiliar no processo de leitura e escrita.

Os deficientes com alterações maculares importante, na retinopatia, nos glaucomas severos, nas alterações neurológicas, geralmente a sensibilidade aos contrastes está alterada, influenciando na percepção de detalhes, reconhecimento de símbolos e leituras. Torna-se, muitas vezes, o aumento do contraste mais necessário do que a ampliação, principalmente nos casos de escotomas ou campo visual alterado. O professor deve evitar o fetiche metodológico da ampliação de texto, para que o aluno tenha oportunidade de desenvolver todo seu potencial visual.

A utilização de mobiliário adequado como mesa de tampo removível ou porta texto para atividade de leitura podem ajudar o aluno no desempenho das atividades pedagógicas.

Quando se fala em incluir um deficiente visual ou o cego na escola, não significa apenas matricular esse aluno e pensar que o problema está resolvido, pois dessa maneira o que se fez foi à inclusão física do aluno na escola. *A luta pelo acesso aos direitos é uma constância no cotidiano dos deficientes* (Rocha, 1987, p.208).

A verdadeira inclusão implica na preocupação com o bem estar do deficiente visual. Ao ser inserido em uma sociedade, ainda é visto como uma pessoa que possui uma falta, enquanto deveria ser visto como uma pessoa em busca de sua cidadania, que luta pelos seus direitos.

A educação inclusiva é um direito que os alunos com necessidades educativas especiais têm que ter acesso, referendada pela Declaração de Salamanca de 1994, onde os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial justificam a sua importância.

O que se espera, ao falar em inclusão, é um compromisso por parte da escola, da sociedade, da família e do governo. De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96), em seu artigo 59 define que:

Os sistemas assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em nos tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (LDB 9394/96).

A deficiência visual impõe restrições à capacidade de movimento livre, seguro e a confiante do indivíduo no ambiente, o que pode constituir uma de suas limitações, até mesmo para sua interação no setor educacional.

O professor deve saber que a deficiência visual interfere na evolução do conhecimento do próprio corpo, do corpo dos outros e na inter-relação entre as coisas e as pessoas no ambiente, e que a aprendizagem por meio da imitação desaparece, ou diminui o (baixa-visão), o que se faz necessário o ensino do “como fazer”, por meio de mediações, para o deficiente visual.

O professor também deve encorajar a pessoa com deficiência visual, como as demais, a participar de atividades que envolvam o reconhecimento do espaço, desvio de obstáculos, explorando seu entorno. Tais desafios irão proporcionar maior segurança para quando encontrar obstáculos em seu caminho e, consequentemente, irão favorecer sua autoconfiança e ajudá-la a ser decisiva e independente. O indivíduo precisa sentir-se seguro para passar ao nível cognitivo mais elevado.

O preparo para a conquista de sua independência na escola começa desde seu primeiro dia de vida. O professor tem o papel de mediar este caminho, situando-o no espaço escolar e da sala de aula. Quando a pessoa tem baixa visão, o professor deverá procurar descobrir como ela vê e ajudá-la a utilizar essa visão da melhor forma possível.

É na educação que o deficiente poderá ter as mesmas oportunidades que as demais e, talvez, o primeiro e único momento de aprender e conviver em grupo, realizando trocas de experiências em igualdade de condições.

**RESULTADOS ALCANÇADOS**

No Programa Gente Eficiente não tinha em seu quadro alunos, pessoas com deficiência visual. No ano de 2017 fomos procurados pelo Centro Especializado de Deficientes Visuais de Resende (CEDEVIR) para nos propor um trabalho com os cegos desta Instituição que segundo eles não tinham muita motivação para aprender, uma vez que estavam acima dos 40 anos e apresentavam dificuldades. Eles perderam a visão ao longo da vida, por inúmeros motivos e segundo a instituição já não havia mais nada para fazer com o grupo.

Diante do desafio, nos propusemos a preparar o local para recebê-los, no que diz respeito à acessibilidade, ensino do Braille, e participação nas demais oficinas que o Programa oferece.

Nossa professora se matriculou num curso de Pós Graduação em Deficiência Visual, fez treinamento no CEDEVIR, e em fevereiro de 2018 iniciamos os trabalhos com um grupo de 11 pessoas com cegueira e 03 deficientes visuais.

Este grupo é bem heterogêneo, composto de senhoras acima de 65 anos, pessoas entre 40 e 50 anos, um jovem de 19 anos e outro com 36 anos. Existem ainda alguns participantes com déficit cognitivo.

A partir do trabalho desenvolvido foi-se percebendo o caminhar de cada participante do grupo. Havia uma grande diversidade de interesses. Uns pretendem se preparar para retornar ao mercado de trabalho, outros querem apenas um espaço de convivência onde possam ter atividades sociais, recreativas e de lazer, pois, dizem estar com muita idade para aprender algo novo. Tem ainda, aqueles que não tinham noção de que poderiam ser capazes de conhecer e experimentar com êxito uma nova proposta.

O Programa oferece oficinas de artesanato, informática, dança, teatro, xadrez, educação ambiental, atividades físicas, recreativas, iniciação a musicalização e percussão. As oficinas pelas quais eles optaram para participar foram: artesanato, ensino do Braille, informática, psicomotricidade, orientação e mobilidade.

Com os resultados obtidos alguns alunos já estão dominando o Braille e trabalhando com o sistema DOSVOX com bastante desenvoltura. Caminham no entorno da instituição explorando o espaço, se orientam corretamente para atravessar a rua, utilizando os códigos de autoproteção, reconhecimento e rastreamento. As senhoras se destacam no artesanato e em produções com habilidades manuais e ainda estão dentro dos seus ritmos aprendendo o Braille.

Mesmo os dois alunos que apresentam déficit cognitivo, já conseguem dominar alguns procedimentos iniciais do aprendizado do Braille. Para eles, tudo é proposto com ampliação e muita ludicidade a fim de despertar o interesse e mostrar a capacidade deles em aprender a solucionar pequenos desafios.

Este trabalho, além de outros que são desenvolvidos no Programa, vem reafirmar para a equipe que pessoas com necessidades educacionais especiais são tão capazes de aprender e adquirir novos conhecimentos quanto às demais.

Também ficou explícito que apesar dos obstáculos encontrados para a promoção das políticas de inclusão, é possível ainda superar expectativas. Porém, é necessário que esse processo (de inclusão) se torne mais abrangente, e que nossos representantes governamentais não só demonstrem interesse em ampliar o atendimento educacional, mas, também, destinem maiores quantidades de verbas para a efetivação dessas políticas, pois somente dessa maneira, as instituições poderão estar munidas de recursos pedagógicos e de docentes com formação profissional adequada, capacitados de fato para oferecer uma educação de qualidade a todo e qualquer aluno, com necessidades educacionais especiais ou não, que ingressarem no sistema educacional.

Incluir exige uma ação em conjunto de todos os envolvidos no processo educacional, novas posturas e muita reflexão sobre a prática educativa, a fim de promover a aprendizagem de todos os envolvidos. Devendo-se, reconhecer que as dificuldades e avanços dos alunos com necessidades educacionais especiais não dependerão somente deles, mas, principalmente da maneira que a educação e acesso ao conhecimento são transmitidos.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O movimento da inclusão social vem, desde a década de 80, defendendo, simultaneamente, os princípios de direito à igualdade e à diferença nos contextos educacionais, visando eliminar os processos de preconceitos, discriminação e estereótipos produzidos no interior das instituições educacionais.

A educação inclusiva pode desempenhar importante papel de transformação cultural em relação à deficiência visual, principalmente no que diz respeito à reflexão sobre os mitos e estereótipos atribuídos às pessoas cegas e de baixa visão nos diferentes momentos históricos.

Com relação ao entrosamento entre alunos com cegueira e demais deficientes do Programa, conclui-se que é uma relação que se constrói no dia-a-dia sem maiores obstáculos, por parte dos mesmos. Eles têm condições de conviver com os demais, se sentir parte deste grupo, ficando a sua deficiência para segundo plano. Não se sentindo excluída do sistema, é óbvio que para cada deficiência deve existir uma estrutura por trás para permitir a este atendido um bom convívio com os colegas e que possa dentro das suas limitações adquirirem conhecimento.

Os profissionais, antes de receberem os deficientes visuais foram preparados para utilizar ou adaptar satisfatoriamente, materiais que possam auxiliá-los. Como também necessitam doar-se para lidar com situações relativas dessa especialidade no momento necessário.

Não é apenas com palestras aludindo a validade da inclusão, que se preparam profissionais para uma tarefa como essa. É preciso bem mais que isso para que se consigam profissionais capacitados que possam atender com competência, os deficientes visuais.

Assim, cabe ao poder público investir mais em estrutura física e de pessoal para atender a demanda.

Portanto, os preconceitos devem ser derrubados, primeiramente pela sociedade e até mesmos pelos pais que muitas vezes escondem seus filhos achando que deixando eles em casa ou frequentando escolas especiais estará fazendo um bem a eles. Cabe a cada um de nós fazermos a nossa parte para permitir uma sociedade mais inclusiva.

Os profissionais do Programa Gente Eficiente acreditam na inclusão como ela deve ser realmente feita destacando sempre as potencialidades de cada indivíduo fazendo com que eles se sintam mais empoderados e respeitados, colaborando desta forma para que a sociedade se torne menos exclusiva e preconceituosa.

**REFERÊNCIAS:**

A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – **Sobre princípios, política e Prática em Educação Especial – Procedimentos – Padrões das Nações Unidas para a equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências**, A /RES / 48/96, Resoluções das Nações Unidas adotada em Assembleia Geral. Disponível em [www.regra.net/](http://www.regra.net/)

BAPTISTA, José Antônio Lages Salgado. **A invenção do Braille e a sua Importância na Vida dos Cegos.** Lisboa: Comissão de Braille, 2000. Disponível em: http://www.gesta.org. Acesso em outubro de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Lei Brasileira de Inclusão – LBI**. Brasília, 2015.

BRASIL, MEC. A construção do conceito de número e o pré soraban. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRUNO, M. M. A deficiência visual: conceitos e definições. In: BRUNO, M. M. **Deficiência visual:** reflexão sobre a prática pedagógica. S.P: Laramara,1997.

LDB, **A Nova Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 de 20 de dezembro de 1996,** **estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 23 de dezembro de 1996.

RESENDE, Prefeitura Municipal de. **Plano Municipal de Educação**. Resende, 2015.

RESENDE, **Programa Gente Eficiente:** Regimento Interno, Prefeitura Municipal de Resende, 2016.

ROCHA, Hilton e GONÇALVES, Elisabeth Ribeiro. **Ensaio sobre a problemática da cegueira.** Belo Horizonte,MG,1987.

Disponível em: http://www.braille.com.br/historialouisbraille.htm>, acessado em outubro de 2018.

Disponível em <blog.brasilacademico.com>. Acessado em outubro de 2018.

Disponível em www.laratec.org.br. Acessado em outubro de 2018.